



ENTREVISTA/OE2014: Reforma do IRC apenas resolve os problemas dos "grandes grupos" - Domingues Azevedo (C/ÁUDIO C/VÍDEO)

Lisboa, 13 out (Lusa) – O bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC), Domingues Azevedo, considera que a reforma do IRC em curso apenas resolve "os problemas de alguns grandes grupos" económicos e “não melhora” a vida das pequenas e médias empresas.

“Não estamos perante nenhuma reforma do IRC. Estamos perante a resolução de alguns problemas de alguns grandes grupos em Portugal, mas não me falem em reforma do IRC”, diz Domingues Azevedo, em entrevista à agência Lusa.

Para o bastonário, a proposta da Comissão da Reforma do IRC (Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas), liderada por António Lobo Xavier, “vem complicar de uma forma muito substancial a determinação do imposto a pagar” pelas PME e faz com que “as empresas paguem mais”.

Um dos aspetos criticados por Domingues Azevedo foi a aplicação de um imposto de 4% a atividades comerciais, que dispara para os 10% no caso das atividades produtivas, uma situação que diz não compreender até porque “o setor que mais emprego cria é exatamente o setor da produção e da prestação de serviços”.

Além disso, Domingues Azevedo questiona também a eliminação da tributação autónoma das despesas das PME, que está na proposta pela comissão de Lobo Xavier, uma vez que estas despesas (ajudas de custo e deslocações, por exemplo) “não são aplicadas às PME, porque elas não têm gorduras suficientes para as aguentar”.

Relativamente a esta questão, o bastonário da OTOC disse que remeteu uma proposta à Comissão da Reforma do IRC, cujo acolhimento por parte dos seus elementos

desconhece ainda, para que fossem fixadas rendibilidades mínimas fiscais que as empresas pagariam, em função do seu escalão de rendimento.

“Mas isto não interessa. Apliquem 4% ao volume geral da Galp ou apliquem 4% ao volume geral da EDP e vejam lá quanto é que eles vão pagar. É isto que não interessa. É isto que me leva a dizer que não estamos perante a reforma do IRC, estamos perante a resolução de alguns problemas com os quais eu até concordaria pelos benefícios que são capazes de trazer para a economia portuguesa, desde que fossem salvaguardadas certas circunstâncias”, explicou.

Domingues Azevedo criticou ainda que o mecanismo que pretende eliminar a dupla tributação não incluía previamente as condições de utilização desse valor a 'posteriori', defendendo que ficasse definido na lei o destino a dar aos valores que deixassem de ser pagos pelas empresas ao fisco por esta via.

Na proposta da OTOC, estes montantes deveriam obrigatoriamente manter-se nas empresas, não havendo distribuição destes lucros pelos acionistas, ou ser aplicados em projetos de investimento ou ser canalizados para a criação de postos de trabalho.

Referindo-se às empresas portuguesas que mudaram as suas sedes ou as sedes das suas subsidiárias para a Holanda, Domingues Azevedo disse que “só em 2011 foram 2,6 mil milhões de euros que foram sonogados à economia portuguesa e que foram exportados para a Holanda”.

“Já que vão aumentar a capacidade dos bancos holandeses na proporção desses lucros e diminuir a capacidade financeira em Portugal na proporção desses lucros que não recebemos, que pelo menos o resultado disso fosse orientado para os cidadãos”, acrescentou.

O bastonário disse ainda que “se aceita pacificamente que, no âmbito do esforço tributário que é feito e que é pedido aos portugueses, haja rendimentos que sejam tributados a taxas não inferiores a 10%, mas ignora-se que há cidadãos que, por pouco que ganhem, pagam muito mais do que esse valor”.

Domingues Azevedo defende, no entanto, que a regulação tributária “não é missão do Governo de Portugal”, mas sim da União Europeia, que “tem de ter um papel mais interventivo na harmonização da fiscalidade da comunidade” europeia.

A Comissão de Reforma do IRC, liderada por Lobo Xavier, apresentou um anteprojeto da sua proposta, que foi já submetida a consulta pública e cujo projeto final deverá ser conhecido este mês.

Segundo as contas apresentadas por esta comissão, a reforma vai permitir reduzir a taxa do IRC nos próximos cinco anos dos atuais 31,5% para 19%, com um impacto acumulado de 1,2 mil milhões de euros.

ND/VC // VC

Lusa/fim